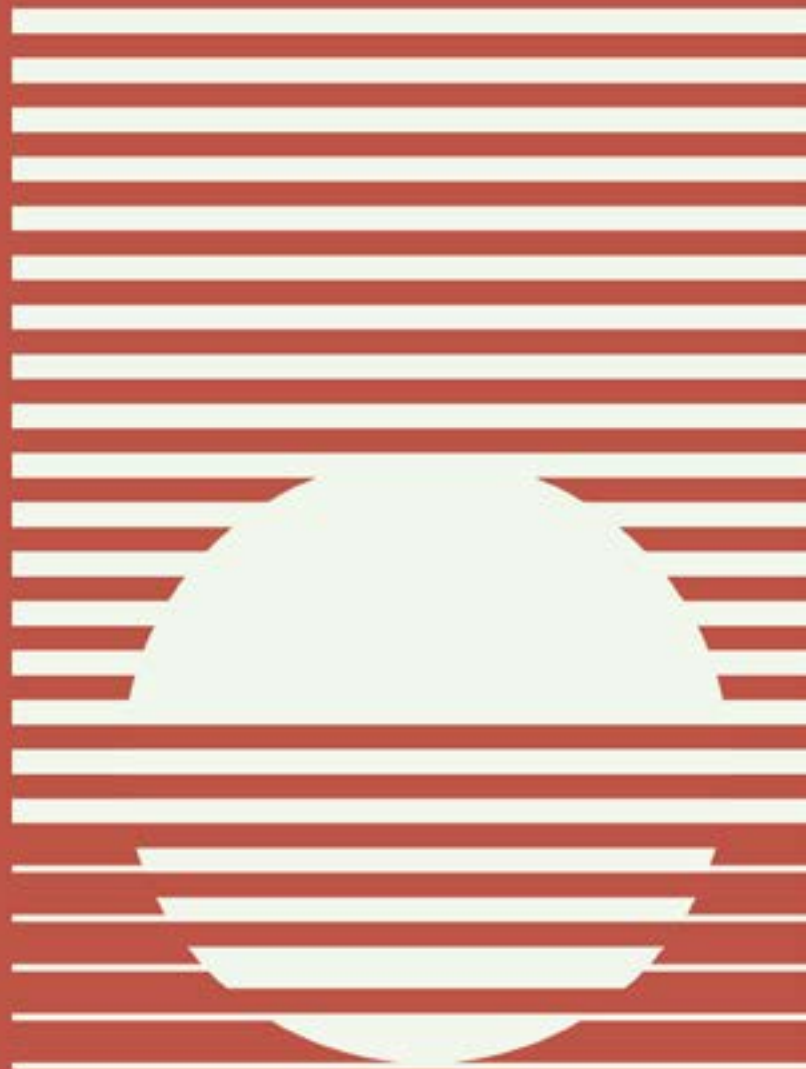


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

06
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambirra, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Política externa do governo Bolsonaro segue provocando divergências domésticas
Divulgação de mensagens entre Moro e Dallagnol repercute na imprensa internacional
Brasil incorpora 170 mil km² de área de plataforma continental

Página 05

Brasil revoga asilo político a três paraguaios acusados de sequestro
Eleições primárias definem candidatos à presidência do Uruguai
Polêmicas e acordos marcam viagem internacional de Piñera ao Oriente Médio

Página 06

Bolívia promove integração energética e de infraestrutura em contexto de desmonte da Unasul
Assembleia Geral da OEA discute situação na Venezuela

Página 07

Equador aprofunda cooperação em defesa com EUA e países vizinhos
Ratificação do novo tratado de livre comércio repercute no México
Acordo entre México e EUA acirra repressão contra migrantes

Página 08

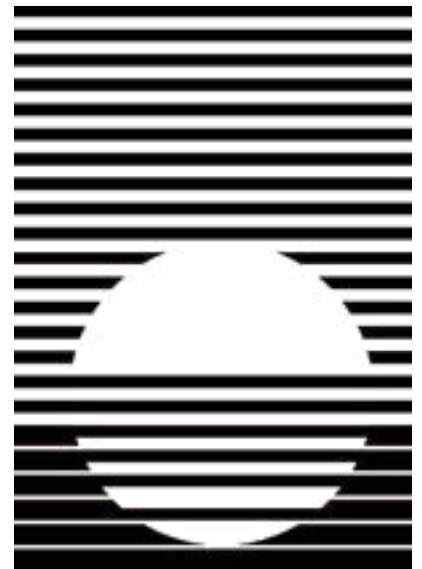
Incidente na fronteira eleva tensões entre África do Sul e Moçambique
Twitter é palco de polêmica nacional e debate internacional envolvendo reforma agrária na África do Sul
China fortalece cooperação com países africanos e ganha espaço na ONU

Página 09

China e Rússia anunciam instalação de rede 5G pela Huawei
Após 25 anos, partido de oposição governará a prefeitura de Istambul
1ª Conferência Ministerial Regional das Américas discute economia verde

Página 10

Protagonismo estudantil é marca de inúmeros protestos ao redor do mundo
Mulheres de todas as partes do mundo lutam pelo fim da opressão



Política externa do governo Bolsonaro segue provocando divergências domésticas

À semelhança de meses anteriores, junho foi marcado por novas divergências domésticas em torno das iniciativas de política externa do governo de Jair Bolsonaro. No dia 04 de junho, o mandatário brasileiro recebeu as credenciais da embaixadora venezuelana indicada pelo autoproclamado presidente Juan Guaidó, contrariando as preferências de setores militares que se opunham à decisão. Para os últimos, a iniciativa constitui uma “provocação desnecessária” a Nicolás Maduro, em um momento em que as relações entre Brasil e Venezuela voltaram a se estabilizar com a redução da tensão na fronteira entre os dois países e a retomada das negociações para que o Estado volte a vender energia elétrica ao estado de Roraima. No dia 05 de junho, a Justiça Federal de São Paulo suspendeu o passaporte diplomático concedido pelo Itamaraty ao líder evangélico Romildo Soares e sua esposa. Segundo a justiça, a chancelaria brasileira “não apresentou a necessária justificativa, vinculada ao atendimento do interesse do país” e, “agindo de forma omissiva, infringiu [...] o princípio da moralidade administrativa”. Na mesma semana, a proposta de Bolsonaro e do ministro da economia, Paulo Guedes, de criar uma moeda única para a Argentina e o Brasil, denominada peso-real, sofreu duras críticas no meio político e de especialistas na área econômica. De acordo com o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, trata-se de “uma péssima ideia”. A proposta também foi rejeitada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Internamente, tanto o Ministério da Economia quanto o Banco Central negaram a existência de projetos ou estudos em andamento sobre o assunto. Finalmente, em entrevista ao jornal britânico *The Guardian*, ex-embaixadores brasileiros de renome, como Rubens Ricupero, Roberto Abdenur e Marcos Azambuja, criticaram a decadência atual do Itamaraty e relataram o desconforto por parte do corpo diplomático brasileiro em relação às diretrizes da política externa de Bolsonaro.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 04/06/2019; [Folha de São Paulo](#), 04/06/2019; [G1](#), 04/06/2019; [G1](#), 06/06/2019; [Folha de São Paulo](#), 08/06/2019; [The Guardian](#), 25/06/2019; [Folha de São Paulo](#), 25/06/2019.

Divulgação de mensagens entre Moro e Dallagnol repercute na imprensa internacional

No dia 9 de junho, o portal jornalístico *The Intercept Brasil* iniciou a publicação de uma série de reportagens baseadas em trocas de mensagens entre o juiz Sergio Moro, atual ministro da justiça, e o procurador

Deltan Dallagnol. De acordo com Glenn Greenwald, jornalista do *Intercept*, as mensagens foram obtidas a partir do recebimento, de uma fonte anônima, de conversas em grupos no aplicativo Telegram, em que integrantes da força tarefa da Operação Lava Jato trocavam informações e estratégias antes dos julgamentos com Moro, então juiz do caso, o que configura ato ilegal. As mensagens indicam um caráter partidário da Lava Jato ao expor a preocupação dos envolvidos com a possível eleição do Partido dos Trabalhadores para um novo mandato presidencial e levantar dúvidas sobre as provas da prisão e investigação do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. O conteúdo também aponta a possibilidade de interferência dos EUA na condução da operação. Tanto Moro quanto Greenwald foram recebidos em audiências no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos. Moro afirmou não se lembrar do conteúdo das mensagens e sugeriu que podem ter sido adulteradas, além de questionar os métodos de obtenção das conversas. Já Greenwald criticou o partidarismo de Moro ao dizer que “é impossível lutar contra a corrupção usando corrupção”. O caso, que ficou conhecido como #VazaJato, repercutiu na imprensa internacional. O francês *Le Monde*, o argentino *Clarín* e o espanhol *El País* destacaram que, caso seja comprovada a veracidade das mensagens, coloca-se em dúvida a imparcialidade da Lava Jato e da prisão de Lula. Já a *Al Jazeera* relacionou a desconfiança sobre Moro com sua atuação enquanto ministro do atual governo. O *Intercept*, por sua vez, reafirmou o papel de transparência da imprensa e anunciou a publicação de mais mensagens nas próximas semanas.

Fontes: [The Intercept Brasil](#), 09/06; [Le Monde](#), 10/06; [Al Jazeera](#), 10/06; [El País](#), 10/06; [El País Brasil](#), 19/06; [Exame](#), 27/06

Brasil incorpora 170 mil km² de área de plataforma continental

Em 11 de junho, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou recomendação legitimando o Brasil a incorporar 170 mil quilômetros quadrados de área de plataforma continental além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Em 2008, a ONU concordou com a ampliação da plataforma continental do país em 750 mil quilômetros quadrados e ainda outros 190 mil km² de mar. A ONU, no entanto, recomendou que novos estudos fossem feitos. Concluídos, eles ensejaram a apresentação de um novo pedido no final de 2018. A nova pretensão do Brasil foi dividida em três áreas, que totalizam 2,1 milhões de quilômetros quadrados. A primeira, “Submissão Sul”, corresponde a 170 mil km². A segunda, “Ocidental/Meridional”, é a maior das três, com 1,6 milhão de quilômetros quadrados, e inclui a Elevação do Rio Grande, uma rica

reserva mineral oceânica. A terceira, chamada “Submissão Equatorial”, tem 390 mil km². O que está em jogo nessa demanda, além da defesa do Atlântico Sul e da costa brasileira, é o direito de exploração dos riquíssimos recursos minerais presentes no solo e no subsolo desta vasta porção de mar que se estende além da Zona Econômica Exclusiva.

Fontes: [Estadão](#), 03/06/2019; [Defesanet](#), 14/06/2019; [DefesaTV](#), 15/06/2019.

Brasil revoga asilo político a três paraguaios acusados de sequestro

Em 4 de junho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou a decisão de rejeitar a acusação contra o Estado paraguaio por um caso de tortura. Em 2002, Juan Arrom e Anuncio Martí, líderes do partido Pátria Livre - partido de extrema esquerda vinculado, segundo autoridades paraguaias, à guerrilha Exército Paraguai do Povo (EPP) - apresentaram uma denúncia contra o Estado paraguaio por crimes de lesa humanidade, justificando que foram torturados pela polícia desse país. Arrom e Martí estavam sendo investigados por terem participado do sequestro da esposa de um empresário e recebido dinheiro pelo resgate. A justiça paraguaia comprovou que, de fato, eles haviam participado do sequestro. Em 2003, Arrom e Martí fugiram do país e pediram asilo no Brasil, que foi aceito sob a justificativa de que suas vidas estariam em perigo se permanecessem no Paraguai. Desde então, o Estado paraguaio tem solicitado ao Brasil revogar o status de asilado a Arrom, Martí e Colman, outro dirigente do partido Pátria Livre, também acusado de ter cometido crimes no Paraguai. O governo paraguaio de Mario Abdo Benítez já havia tratado deste assunto com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e participado ativamente das audiências na CIDH, advertindo ao organismo da condição jurídica dos líderes políticos. Após a decisão da CIDH, que considerou que não haviam provas suficientes que demonstrassem que Arrom e Martí tinham sido torturados por militares paraguaios, o Conselho Nacional para Refugiados (Conare) decidiu finalmente revogar o status de asilados aos três paraguaios. Após a decisão, em 18 de junho de 2019, o Paraguai solicitou a extradição dos três líderes políticos e anunciou que as autoridades brasileiras já haviam determinado a apreensão dos implicados.

Fontes: [CNN](#), 04/06/2019; [UOL](#), 18/06/2019; [La Nación](#), 27/06/2019; [Hoy](#), 28/06/2019.

Eleições primárias definem candidatos à presidência do Uruguai

No dia 30 de junho, ocorreram as eleições primárias que definiram os candidatos à presidência do Uruguai. Daniel Martínez (Frente Ampla), Luis Lacalle Pou

(Partido Nacional) e Ernesto Talvi (Partido Colorado) venceram as eleições internas dos seus respectivos partidos e disputarão as eleições presidenciais que ocorrerão no dia 27 de outubro de 2019. O Cabildo Aberto não teve eleições internas competitivas porque o ex-comandante do Exército Guido Manini Ríos, principal articulador da criação do partido, já havia lançado sua candidatura à presidência. Segundo dados divulgados pela imprensa uruguaia, o Partido Nacional foi o que contou com a maior participação de votantes (aproximadamente 45% do total), seguido pelo Frente Ampla (27%), pelo Partido Colorado (17%), e pelo Cabildo Aberto (4%). O elevado percentual de participação do Partido Nacional deveu-se às fortes disputas internas entre os pré-candidatos, sobretudo após o grande crescimento de um empresário considerado novato na política uruguaia, Juan Sartori. De acordo com a imprensa uruguaia, os demais pré-candidatos daquele partido teriam realizado um acordo verbal para neutralizar a campanha de Sartori e impedir seu crescimento. Entretanto, os pré-candidatos negaram essa informação. O principal motivo do incômodo com a pré-candidatura de Sartori foram suas estratégias de campanha, que incluíram a contratação de um assessor venezuelano conhecido por utilizar práticas desleais, como a divulgação de notícias falsas e a mobilização de pessoal remunerado para identificar o perfil dos eleitores e convencê-los a votar no empresário, bem como o pagamento de alugueis de carros e de combustível para transportar os eleitores até os locais de votação. No entanto, Sartori terminou com 20% da votação interna do Partido Nacional, abaixo do que as pesquisas de intenção de voto indicavam.

Fontes: [El País](#), 09/06/2019; [El Observador](#), 13/06/2019; [El País](#), 23/06/2019; [El Observador](#), 26/06/2019; [UOL Notícias](#), 26/06/2019; [El Observador](#), 30/06/2019; [El País](#), 30/06/2019; [Folha de S. Paulo](#), 30/06/2019.

Polêmicas e acordos marcam viagem internacional de Piñera ao Oriente Médio

Em 23 de junho, o presidente chileno Sebastián Piñera iniciou uma viagem internacional ao Oriente Médio. A missão oficial teve como principal objetivo a tratativa de acordos do Chile com os Estados de Israel e Palestina. No entanto, a viagem presidencial foi marcada por polêmicas e protestos por parte das autoridades israelenses e palestinas. Em viagens oficiais à região, é costume que nenhuma autoridade política acompanhe as comitivas presidenciais em visitas aos locais sagrados para as duas nações no território de Jerusalém. O presidente chileno, porém, visitou no dia 26 a mesquita de Al-Aqsa – local sagrado para os

palestinos – com um ministro palestino. O chanceler israelense, Israel Katz, qualificou a atitude como grave, descrevendo-a como uma “infração da soberania israelense”, incorrendo na detenção temporária do representante palestino. A manifestação contrária por parte da Palestina ao Chile, por sua vez, se deu em função da presença do embaixador de Israel junto à comitiva de Piñera em visita ao Monte das Oliveiras, que é parte de Jerusalém Oriental, território palestino ocupado por Israel. No que tange aos acordos, ainda no dia 26 de junho, Piñera e o primeiro ministro israelense, Benjamín Netanyahu, assinaram oito acordos para avançar a cooperação nas áreas científica, da agricultura, saúde, segurança, segurança cibernética, serviços aéreos, além de setores de energia, recursos hídricos e gestão de águas residuais. No dia seguinte, o mandatário chileno se encontrou com o presidente palestino, Mahmoud Abbas, em Ramallah, onde firmaram a assinatura de acordos sobre saúde, cooperação técnica e promoção de cultura e educação. Além disso, Piñera anunciou a criação de um código tarifário que impulsionará o comércio entre o Chile e a Palestina e afirmou que ambos os países estão prontos para avançar com um acordo comercial. Esta é a segunda visita de um chefe de Estado chileno à Palestina, tendo a primeira visita ocorrido em 2011. Naquela ocasião, o Chile reconheceu a Palestina como Estado soberano. Piñera, na visita recente, reafirmou a posição chilena de reconhecer a soberania dos dois Estados, além de ratificar o apoio chileno para que se chegue a um acordo diplomático e pacífico na disputa entre as duas nações.

Fontes: Radioagricultura.cl, 26/06/2019; [The Times Chile](http://TheTimesChile), 26/06/2019; [La Tercera](http://LaTercera), 26/06/2019; [La Tercera](http://LaTercera), 27/06/2019; [Prensa Presidencia](http://PrensaPresidencia), 27/06/2019; [Ahora Noticias](http://AhoraNoticias), 30/06/2019.

Bolívia promove integração energética e de infraestrutura em contexto de desmonte da Unasul

No mês de junho, o governo da Bolívia impulsionou uma série de iniciativas para promoção da integração energética e de infraestrutura na América do Sul. No início do mês, ocorreu em La Paz, capital do país, o primeiro Gabinete Ministerial Bolívia-Paraguai. Os acordos no firmados durante o encontro se centraram em cinco eixos: meio ambiente, navegação, comércio, energia e hidrocarbonetos. Destacam-se as negociações para integração de infraestrutura, energética e comercial como melhorias na hidrovía Paraguai-Paraná, sobretudo com destino ao oceano Atlântico, a ampliação da exportação de gás boliviano e a construção de um gasoduto ligando a cidade boliviana Villamontes a Assunção, capital do Paraguai. Alguns dias antes, empresários bolivianos e paraguaios também

se reuniram e chegaram a acordos de investimentos que chegam a mais de US\$ 40 milhões. As iniciativas e acordos se destacam em um contexto que a Bolívia busca promover sua chegada ao mar, via oceano Atlântico, sobretudo pelo porto Busch na hidrovía mencionada, após a derrota de suas demandas marítimas sobre o Chile, na Corte Internacional de Justiça. Entre os dias 24 e 25 ocorreu o V Gabinete Binacional entre Bolívia e Peru na região portuária peruana de Ilo; nas reuniões foram assinados mais de 90 compromissos e 12 acordos. Os pontos mais importantes na agenda de trabalho foram a consolidação do porto de Ilo como uma alternativa para a saída por mar das exportações bolivianas, a venda de gás boliviano para regiões fronteiriças e avanços na construção do Trem Bioceânico. A iniciativa boliviana para promoção de projetos de integração infraestrutural e energética na América do Sul tem tido caráter principalmente bilateral. Esta postura se dá em substituição aos projetos que anteriormente eram promovidos a nível multilateral, sobretudo por via dos conselhos internos à União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Desde 2018, a última vem passando por processos de desmonte e esvaziamento. O Equador, país onde está situada a sede da organização, já requereu, há meses, o edifício-sede para que possa usar a localidade para outras funções.

Fontes: [La Razón](http://LaRazon), 31/5/2019; [La Razón](http://LaRazon), 2/6/2019; [El Deber](http://ElDeber), 10/6/2019; [El Telégrafo](http://ElTelgrafo), 25/6/2019; [La Razón](http://LaRazon), 25/6/2019; [El Deber](http://ElDeber), 25/6/2019.

Assembleia Geral da OEA discute situação na Venezuela

Entre os dias 26 e 28 de junho, realizou-se em Medellín, na Colômbia, a 49ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os principais temas discutidos foram a crise na Venezuela e na Nicarágua, a questão migratória na região e a situação dos direitos humanos na Colômbia. O presidente colombiano, Iván Duque, defendeu ações concretas da OEA para pôr fim ao que classificou como uma ditadura na Venezuela. O reconhecimento das credenciais da delegação da Venezuela, em particular, gerou polêmica durante uma das sessões. A Venezuela vive uma situação incomum dentro da instituição, visto que o governo de Nicolás Maduro retirou-se oficialmente da OEA, enquanto Juan Guaidó, autoproclamado presidente em janeiro de 2019, indicou novos representantes para o organismo. Países como México, Bolívia, Nicarágua e um grupo de nações caribenhas questionaram a validade das decisões tomadas pela Assembleia Geral, pois entendem que a Venezuela denunciou o tratado e não é mais membro da OEA. O Uruguai foi mais além, afirmando que reconhecer a delegação era sinônimo de reconhecimento de governo e retirou-se da sessão em forma de protesto. Uruguai e México defendem uma solução negociada

para a crise na Venezuela, enquanto outros países da região, reunidos no Grupo de Lima, vêm criticando e isolando o governo de Maduro desde 2017. Essas divisões manifestaram-se na votação de uma resolução que aceita o representante de Guaidó na OEA e pede “eleições livres” no país: foram 20 votos a favor, 8 contra, 6 abstenções e a ausência do Uruguai.

Fontes: [El Tiempo](#), 26/06/2019; [El Espectador](#), 30/06/2019; [El Tiempo](#), 27/06/2019; [El Nacional](#), 28/06/2019; [El Universal](#), 30/06/2019.

Equador aprofunda cooperação em defesa com EUA e países vizinhos

Em 30 de maio, o governo do Equador concedeu autorização para que os EUS utilizem um aeroporto nas ilhas Galápagos para atividades de combate ao narcotráfico, especialmente vigilância sobre embarcações que cruzem o mar territorial equatoriano. Em troca, os EUA farão obras de ampliação no aeroporto. O ministro de defesa do Equador, Oswaldo Jarrín, negou que a medida corresponda à criação de uma base militar estadunidense, o que seria proibido pela constituição. No mesmo dia, também foi anunciado que o governo equatoriano construirá um navio para operar no entorno de Galápagos e que, em 2020, o Equador será sede da UNITAS, exercício militar coordenado pelos EUA com países latino-americanos no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O objetivo destas duas ações, segundo Jarrín, seria dissuadir a presença de barcos de pesca ilegal oriundos da China na costa equatoriana. Além disso, em 10 de junho, durante o V Conselho Interministerial Equador-Chile, Jarrín declarou que os dois países estudam a entrada do Equador na Aliança do Pacífico e a elaboração de uma estratégia de segurança marítima conjunta a ser adotada pelos países do Pacífico Sul.

Fontes: [El Universo](#), 30/05/19; [El Mercurio](#), 30/05/19; [El Universo](#), 30/05/19; [El Telégrafo](#), 10/06/19.

Ratificação do novo tratado de livre comércio repercute no México

No dia 19 de junho, o Senado mexicano ratificou o novo acordo de livre comércio com o Canadá e os EUA, conhecido como T-MEC. O acordo foi assinado em 30 de novembro de 2018 e substituirá o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês). Houve ampla votação favorável à ratificação do acordo. A contagem indicou 114 votos a favor, três abstenções e apenas cinco contrários. O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, celebrou a ratificação do acordo e afirmou que ele é benéfico à economia, já que transmite confiança aos investidores nacionais e estrangeiros

e gera empregos. O presidente dos EUA, Donald Trump, felicitou Obrador pela decisão do Senado e desejou que o Congresso estadunidense siga o mesmo caminho. A ratificação provocou reações antagônicas de diferentes entidades representativas mexicanas. O Conselho Nacional Agropecuario (CNA) e a Confederação Autônoma de Trabalhadores e Empregados do México (Catem) elogiaram o acordo. Para o CNA, com a isenção de cotas e tarifas, ele promoverá maior fluxo comercial e beneficiará empresas agrícolas e consumidores. A Catem destacou que o T-MEC, em conjunto com a reforma trabalhista aprovada no país, abre espaço para o fortalecimento das relações dos sindicatos mexicanos com o mundo. Por outro lado, a Câmara Nacional de Transporte de Carga reagiu negativamente ao acordo, salientando que as empresas nacionais serão prejudicadas, tendo em vista que o país concedeu unilateralmente aos EUA parte importante do mercado de transportes.

Fontes: [El Universal](#), 19/06/2019; [G1](#), 19/06/2019; [Milenio](#), 20/06/2019; [Milenio](#), 20/06/2019; [Milenio](#), 20/06/2019; [El Universal](#), 21/06/2019.

Acordo entre México e EUA acirra repressão contra migrantes

No dia 26 de junho, a imagem de um pai e uma filha de um ano e onze meses deu novos rostos à crise humanitária que migrantes enfrentam na fronteira dos EUA e do México. As vítimas eram dois salvadorenhos que buscavam atravessar o Rio Grande quando se afogaram. Em 2018, foram pelo menos 283 mortes de migrantes que tentaram chegar aos EUA passando pelo México, além daqueles que não conseguem completar a viagem já no lado estadunidense. É o caso, por exemplo, da morte de quatro guatemaltecos no deserto do Texas devido a desidratação no dia 24 de junho. Essas notícias chegam em momento de recrudescimento da política migratória mexicana após o estabelecimento de um acordo com o governo estadunidense de Donald Trump. Para pressionar o governo vizinho, o presidente dos EUA elevou em 5% a tarifa sobre importações mexicanas até que medidas para combater a migração irregular fossem tomadas do outro lado da fronteira. O pacto entre os dois países norte-americanos foi assinado em 7 de junho e prevê o envio de seis mil homens da Guarda Nacional mexicana para a fronteira com a Guatemala, bem como a continuidade da recepção de imigrantes sem documentos deportados pelos EUA cujos pedidos de asilo estejam em análise por juízes estadunidenses. Segundo ministro das relações exteriores do México, Marcelo Ebrard, “mais ou menos dez mil pessoas” já estão esperando em território mexicano para o julgamento de seus casos. O acordo foi acompanhado por críticas de ativistas e da oposição mexicana, que alegaram que os migrantes estão sendo usados como mo-

eda de troca. Setores governistas também criticaram o pacto, como ficou evidente pela renúncia de Tonatiuh Guillén do cargo de comissário do Instituto Nacional de Migração (INM) mexicano no dia 14 de junho.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 06/06/2019; [O Globo](#), 07/06/2019; [Exame](#), 08/06/2019; [Jornal Estado de Minas](#), 10/06/2019; [G1](#), 14/06/2019; [Correio Braziliense](#), 15/06/2019; [Medecins Sans Frontieres](#), 19/06/2019; [The Washington Post](#), 20/06/2019; [El País](#), 26/06/2019; [The Washington Post](#), 27/06/2019.

Incidente na fronteira eleva tensões entre África do Sul e Moçambique

No dia 16 de junho, dois agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) foram mortos por soldados da Força Nacional de Defesa da África do Sul (SANDF, na sigla em inglês) que estariam realizando uma patrulha na fronteira. Os corpos dos dois agentes da polícia moçambicana foram encontrados em Ponta do Ouro, território moçambicano. De acordo com o comandante-geral da PRM, os agentes foram mortos ao reagir a uma invasão do território pelos militares sul-africanos. Para mitigar as tensões, as autoridades dos dois países agiram com rapidez. O ministro dos negócios estrangeiros e cooperação de Moçambique, José Pacheco, após contato com autoridades sul-africanas, anunciou um encontro de alto nível em Maputo para resolver a crise. O comandante da SANDF, Barneu Muntiu, que liderou a delegação sul-africana no encontro, assumiu a responsabilidade pelo incidente, prometendo investigações para reportar às autoridades moçambicanas. Com isso, a situação, aparentemente, foi controlada no que foi o primeiro teste diplomático depois da vitória do CNA nas eleições sul-africanas em maio.

Fontes: [News24](#), 17/06/2019; [Daily Sun](#), 17/06/2019; [RTO](#), 19/06/2019; [CM](#), 19/06/2019; [IOL](#), 23/06/2019; [News24](#); 26/06/2019.

Twitter é palco de polêmica nacional e debate internacional envolvendo reforma agrária na África do Sul

Em 14 de junho de 2019, Zindzi Mandela, filha de Nelson Mandela e embaixadora da África do Sul na Dinamarca, iniciou uma série de tweets considerados apologéticos ao apartheid por setores da oposição ao estimular inimizade contra a população branca sul-africana. Em suas publicações, Zindzi usou termos como: “covardes brancos”, “estupradores descendentes de Van Riebeck” (fundador da Cidade do Cabo) e “ladrões de terra”, fazendo referência à concentração

fundiária no país. Em resposta, o Afriforum, organização defensora dos afrikaners, e a Ação Democrática, principal partido de oposição, iniciaram uma campanha pela demissão da embaixadora e de questionamento da posição do governo do presidente recém-eleito, Cyril Ramaphosa, em relação ao debate sobre a desapropriação fundiária sem compensações. A ministra das relações internacionais e cooperação, Naledi Pandor, repreendeu a embaixadora Mandela. No final de junho, encerrou o período de Zindzi como embaixadora na Dinamarca, e não é esperado que suas credenciais sejam renovadas. Em 21 de junho, foi a vez do secretário de Estado adjunto dos EUA para a África, Tibor Nagy, reafirmar, para jornalistas em Petrória, o interesse de Donald Trump, presidente do país, no debate sobre desapropriações fundiárias. Nagy destacou que o respeito à propriedade é condição para que países subsaarianos tenham acesso facilitado ao mercado estadunidense pela Lei de Crescimento e Oportunidade Africana. No dia 22 de agosto de 2018, Trump informou, pelo Twitter, que pediu ao secretário de Estado para acompanhar a “expropriação das terras de fazendeiros brancos” e a “matança em larga escala” de fazendeiros na África do Sul. Segundo o jornal *The South African*, a publicação de Trump fundamentou-se na Fox News e em um relatório do Cato Institute sobre supostas desapropriações de terra sem compensação financeira. Em resposta imediata, o governo sul-africano lamentou a afirmação e o fato dela basear-se em informações falsas e propôs um encontro com a embaixada estadunidense para esclarecer essa questão.

Fontes: [The South African](#), 16/06/2019; [Times Lives](#), 21/06/2019; [Times Lives](#), 23/06/2019; [Bloomberg](#), 23/06/2019; [The South African](#), 24/06/2019.

China fortalece cooperação com países africanos e ganha espaço na ONU

O vice-presidente chinês, Wang Qishan, reuniu-se com os chefes das delegações africanas que participaram da reunião sobre a implementação das ações de acompanhamento da Cúpula do Fórum de Pequim para Cooperação China-África (FOCAC, na sigla em inglês). Os representantes africanos afirmaram que a cooperação China-África serve de modelo para a cooperação sul-sul. No plano bilateral, o conselheiro de Estado chinês e ministro das relações exteriores, Wang Yi, aproveitou a ocasião e se reuniu com ministros das relações exteriores de nove países africanos. Wang afirmou que a cooperação China-África é favorável à construção de infraestrutura no continente, bem como o desenvolvimento econômico dos países da região. Ainda em junho, o atual vice-ministro da China para agricultura e assuntos rurais, Qu Dongyu, foi eleito o novo diretor-geral da Organização das Nações Unidas

para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O dirigente assumirá o cargo em 1º de agosto, sucedendo o brasileiro e atual chefe da FAO, José Graziano da Silva, que serviu a agência por dois mandatos consecutivos de quatro anos desde que foi eleito pela primeira vez em 2011. Também em junho, em Acra, capital de Gana, foi realizada a terceira Conferência China-África sobre População. A iniciativa buscou construir uma plataforma para o compartilhamento de práticas sobre como melhorar o gerenciamento efetivo de dados populacionais na África e aprofundar a cooperação sul-sul em saúde, desenvolvimento reprodutivo, entre outros.

Fontes: [Gestion](#), 22/6/2019; [Expansion](#), 23/06/2019; [Xinhuanet](#), 24/06/2019; [ONU](#), 24/06/2019; [EMTV](#), 24/06/2019; [China.org](#), 25/06/2019; [All Africa](#), 25/06/2019; [Ghana.gov](#), 26/06/2019.

China e Rússia anunciam instalação de rede 5G pela Huawei

Nos dias 6 e 7 de junho, o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, reuniu-se com Vladimir Putin, presidente russo, na cidade de São Petersburgo, por ocasião do 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os países. Os dois mandatários assinaram mais de US\$ 20 bilhões em acordos de comércio, prestação de serviços e investimentos em áreas como energia, agricultura, tecnologia e telecomunicações. O item de maior relevância do pacote de anúncios foi o acordo entre a operadora de redes móveis russa MTS e a gigante chinesa de telecomunicações Huawei. A empresa chinesa ficará encarregada da construção da primeira rede de comunicação 5G da Rússia. O acordo ocorre em um momento crítico para a Huawei, que é alvo de uma disputa internacional com os EUA. O país norte-americano acusa a empresa de Shenzhen de espionagem e promove uma campanha internacional para que ela seja banida de mercados de países aliados, sob alegações de cunho comercial e de segurança nacional. Se, por uma perspectiva econômica, a assinatura do acordo garante um importante mercado para a tecnologia 5G chinesa, pelo lado geopolítico a China reforça a importante parceria sino-russa na batalha comercial que trava com os EUA. Nesse sentido, a declaração de Putin é simbólica ao afirmar que as ações dos EUA contra a Huawei “visam a enfraquecer a China”. Além da reunião bilateral em São Petersburgo, ambos os países participaram no mês de junho de encontros na Organização para a Cooperação de Xangai, assim como uma reunião trilateral com a Índia e um encontro informal dos BRICS, ambos no contexto do G20 em Osaka, no Japão.

Fontes: [CNN](#), 06/06/2019; [South China Morning Post](#), 06/06/2019; [Reuters](#), 20/06/2019; [Xinhua](#), 28/06/2019; [Xinhua](#), 28/06/2019.

Após 25 anos, partido de oposição governará a prefeitura de Istambul

No dia 23 de junho, o candidato socialdemocrata, Ekrem Imamoğlu, do Partido Popular Republicano (CHP, na sigla em turco) venceu uma conturbada disputa pela prefeitura de Istambul contra o ex-primeiro-ministro da Turquia, Binali Yıldırım, do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP). O resultado da primeira eleição, que ocorreu no dia 31 de março, deu vitória ao CHP com uma margem de 1% dos votos entre os candidatos. O resultado eleitoral não foi alterado pela recontagem de votos, solicitada pelo candidato governista. Com isso, o representante do CHP chegou a tomar posse dia 17 de abril. Todavia, Yıldırım não aceitou a derrota e recorreu ao Supremo Conselho Eleitoral (YSK, na sigla em turco), alegando fraudes eleitorais. O YSK reconheceu irregularidades no registro de mesários e houve uma nova eleição. A vitória de Imamoğlu foi então confirmada pela terceira vez, com cerca de 9%, o equivalente a 800 mil votos a mais que seu adversário. Binali Yıldırım reconheceu sua derrota, parabenizou o adversário e afirmou que estas eleições serviram para demonstrar que a democracia turca está funcionando perfeitamente. Nos últimos 25 anos, Istambul, que é a capital econômica do país, foi administrada pelo AKP e seus aliados, inclusive pelo atual presidente, Recep Tayyip Erdoğan.

Fontes: [G1](#), 07/05/2019; [Daily Sabah](#), 23/06/2019; [Nexo](#), 24/06/2019; [Economist](#), 24/06/2019.

1ª Conferência Ministerial Regional das Américas discute economia verde

Entre os dias 24 e 26 de junho, foi realizada a 1ª Conferência Ministerial Regional das Américas sobre Economia Verde, em Fortaleza. O evento foi organizado pelo World Green Economy Organization (WGEO) e por instituições do sistema das Nações Unidas, que também realizaram outras quatro conferências regionais sobre economia verde ao redor do mundo com o objetivo de discutir as abordagens da economia verde que contribuem para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao final da conferência, os países da América Latina e do Caribe aprovaram um documento conjunto com compromissos para impulsionar o desenvolvimento sustentável no continente. Entre as ações sugeridas, está o uso dos indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para medir o avanço nas políticas de transição para a economia verde. No caso brasileiro, o diretor de estudos, relações econômicas e políticas internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

Ivan Oliveira, afirmou que o Brasil deveria buscar maior engajamento com bancos multilaterais e bancos internacionais por entender que eles são importantes financiadores de iniciativas sustentáveis. Na ocasião, foi apresentada a Parceria para a Ação sobre Economia Verde, que será implementada pelo governo do Estado de Mato Grosso em parceria com a ONU. O governo mato-grossense montou o primeiro escritório oficial voltado para a economia verde no final do ano passado. Entre as ações previstas, pode-se citar parcerias com o setor privado, regularização fundiária, promoção da agricultura familiar e cooperação com a Alemanha na redução do desmatamento.

Fontes: [Edition](#), 11/06/2019; [UNESCAP](#), 12/06/2019; [Istoé Dinheiro](#), 24/06/2019; [GCN.net](#), 24/06/2019; [Agência Brasil](#), 25/06/2019; [Istoé Dinheiro](#), 25/06/2019; [Xinhua](#), 26/06/2019; [UOL](#), 26/06/2019.

Protagonismo estudantil é marca de inúmeros protestos ao redor do mundo

Em diversos países da América Latina, estudantes e docentes lutam contra as tentativas de privatização e os cortes orçamentários dos sistemas educativos – padrões que são reflexo dos governos de direita da região. No Chile, no dia 3 de junho os professores iniciaram uma paralisação nacional em defesa da educação e pela permanência da estrutura escolar já estabelecida. No Brasil, no dia 14, diversas cidades foram ocupadas por manifestações contra o corte orçamentário e a favor da investigação científica. Em Honduras, os protestos enfrentam repressão desde o início do mês, mas continuam há semanas defendendo a educação gratuita. Na Costa Rica, cerca de 200 centros educativos foram fechados por estudantes secundaristas, que têm mostrado sua força ao enfrentar o governo repressivo de Carlos Alvarado. No Uruguai, no dia 25 houve uma paralisação geral em resposta ao grande número de demissões nos setores do gás e petróleo, às grandes taxas de desemprego e em defesa de uma negociação coletiva a partir da inclusão do país na “lista negra” da Organização Internacional do Trabalho. Com clamores por uma “Argélia livre e democrática”, manifestantes ocuparam durante todo o mês as ruas para exigir um Estado civil e não militar e a retirada dos símbolos do antigo regime, e o protagonismo da juventude também foi peça fundamental no país. O Haiti, desde o último dia 9, vive uma nova onda de intensos protestos contra o presidente Jovenel Moïse. Os manifestantes pedem maior transparência do governo, denunciado por casos de corrupção, e clamam por saídas para a crise econômica do país.

Fontes: [La Tinta](#), 11/06/2019; [Brasil de Fato](#), 20/06/2019; [La Tinta](#), 21/06/2019; [La Izquierda Diario](#), 25/06/2019; [La Izquierda Diario](#), 26/06/2019; [La Izquierda Diario](#), 28/06/2019.

Mulheres de todas as partes do mundo lutam pelo fim da opressão

As desigualdades de gênero perpassam diversos aspectos da vida das mulheres nos âmbitos públicos e privados, como dificuldades no acesso à educação e profissões mais bem remuneradas, barreiras culturais para alcançar cargos de liderança, dupla e tripla jornada de trabalho devido aos estereótipos patriarcais nos quais a mulher é a única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, entre outros. Nesse contexto, mulheres de todas as partes do mundo têm reagido para conquistar a igualdade e a emancipação. No nordeste da Síria, o grupo Rojava (Autonomous Administration of North and East Syria, em inglês), composto por 4 milhões de pessoas, se destaca por ser uma comunidade declarada anarquista feminista desde 2014 e que busca ser antítese à brutalidade do grupo ISIS e ao regime de Bashar al-Assad, baseada em uma política oposta ao Estado-Nação e ao capitalismo. Rojava ainda se preocupa com uma economia justa, ecológica e sustentável. No início do mês em Amude, no Curdistão, mulheres kurdas, árabes, turcomanas, chechenas, armeninas se reuniram para anunciar a criação de uma assembleia, espaço de luta e organização que procura ser uma nova solução para problemas antigos de opressão aos povos. Mesmo na Suíça, que é um dos países com maior economia do mundo, as mulheres também sofrem violência de gênero nas suas mais diferentes formas, ocasionando campanhas como a Frauenstreik, em alemão, ou Grève de Femmes, em francês, protagonizadas por mulheres grevistas que reivindicam igualdade salarial, reconhecimento e paridade de representação. No dia 19 de junho, Marta Vieira da Silva, jogadora da seleção brasileira de futebol, quebrou recorde mundial de gols usando uma chuteira sem patrocínio e com o símbolo go equal, em inglês, protestando sobre as dificuldades de patrocínio que as jogadoras enfrentam, vivendo uma realidade de investimento e reconhecimento diferente em comparação aos seus colegas homens da mesma profissão.

Fontes: [HAARETZ](#), 09/06/2019; [New York Times](#), 14/06/2019; [BBC](#), 19/06/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

